

A cidade como espaço de batalha: de Gaza ao Rio de Janeiro

Márcio José Mendonça
UFES

p. 685-702

revista

Geo 
USP
espaço e tempo

Volume 21 • nº 3 (2017)

ISSN 2179-0892

Como citar este artigo:

MENDONÇA, M. J. A cidade como espaço de batalha: de Gaza ao Rio de Janeiro. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 21, n. 3, p. 685-702, dez. 2017. ISSN 2179-0892.

Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/105565>>. doi: 10.11606/issn.2179-0892.geosp.2017.105565.



Este artigo está licenciado sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.

A cidade como espaço de batalha: de Gaza ao Rio de Janeiro

Resumo

Este estudo enxerga a cidade não apenas como o lugar primordial de realização do capitalismo, mas também como palco das futuras guerras, uma vez que se observa que tem sido tomada e pensada como espaço de batalha nas guerras contemporâneas. Consideramos que a cidade vem sendo utilizada por grupos insurgentes, tais como terroristas, rebeldes e traficantes de drogas, que se escondem e utilizam a infraestrutura física da cidade no combate a exércitos regulares como uma forma de diminuir sua inferioridade em relação ao poderio militar. Por conta disso, a própria vida na cidade vem sendo afetada por conflitos em terreno urbano, que visam destruir não só o inimigo, mas também seu espaço de sobrevivência, negando-lhe a cidade. Essa destruição do espaço urbano como parte de uma estratégia de guerra é analisada primeiramente em Gaza, para, em seguida, questionarmos em que medida isso se dá na cidade do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Militarização. Guerra Urbana. Geopolítica Vertical. Volume Político. Urbicídio.

The city as a battlespace: from Gaza to Rio de Janeiro

Abstract

This study sees the city not only as the primary venue of the capitalism, but as a stage of future wars, as it is observed that the city has been taken and thought as a battlespace in contemporary wars. We are considering that the city has been used by insurgent groups such as terrorists, insurgents and drug traffickers, who hide and use the physical infrastructure of the city in fighting regular armies as a way to reduce military power disparities. Because of this, his life in the city has been affected by conflicts in urban terrain, that aim to not only destroy the enemy, but to destroy its survival space, denying the city. This destruction of the urban space as part of a war strategy, is first analyzed in Gaza, and then to question the extent to which this occurs in the city of Rio de Janeiro.

Keywords: Militarization. Urban War. Vertical Geopolitics. Political Volume. Urbicide.

Introdução

O presente artigo trata de questões referentes à militarização da cidade e de como a guerra moderna tem sido travada em terreno urbanizado, sobretudo nas grandes cidades, que oferecem alta complexidade do cenário urbano em virtude do processo de urbanização. Nessa ótica, o estudo se preocupa com questões que se inserem no campo do novo urbanismo militar sob o prisma de uma mudança paradigmática que Graham (2011) identifica como generalização da guerra como metáfora na descrição de uma condição perpetua de guerra contra as drogas, contra o crime, contra o terrorismo, e, de forma mais geral, contra todo tipo de insegurança na cidade. Para Graham, a violência política e militar está de volta às cidades e está se baseando numa doutrina de dominação oriunda do período colonial que está ressurgindo no período pós-colonial de guerras contemporâneas travadas no hemisfério Sul, e que agora são adotadas nas cidades do Norte como modelos de segurança¹.

Ainda que a militarização do urbano seja verificável tanto nas cidades dos países desenvolvidos com altos índices de urbanização quanto nos países subdesenvolvidos e de urbanização muitas vezes precária. O estudo focalizará conflitos urbanos na Palestina e no Rio de Janeiro, fora do mundo desenvolvido, mas travados, portanto, em ambientes densamente urbanizados, embora, supracitadas suas respectivas diferenças. O Rio de Janeiro apresenta níveis de urbanização plena e moderna, em áreas nobres da cidade, comparável às de metrópoles de países desenvolvidos, enquanto sua precariedade urbana se distribui de forma muito mais desigual, por sinal, marcadamente distinta a de Gaza.

No Rio de Janeiro, a urbanização precária e insuficiente que atinge as populações mal remuneradas decorre de uma política pública de distribuição de infraestrutura e equipamentos sociais de forma desigual e uma consequente privatização da cidade, que expulsa os contingentes populacionais com menor poder aquisitivo das áreas nobres para a periferia e para as encostas de morros, ocasionando, assim, o surgimento das favelas. Em Gaza a precarização se dá em função de uma política de cerco e destruição sistemática da infraestrutura urbana com uso de força militar. Guardadas as diferenças, estabelecemos para fins analíticos, um enfoque comparativo sobre a militarização como um problema urbano que aproxima realidades tão distintas, ainda que exclusivamente pela questão da militarização do urbano. Objetiva-se com isso demonstrar que há algumas semelhanças no que se refere à militarização da cidade quando confrontadas com o intenso processo de securitização da vida urbana, que invoca o discurso do “caos” e do “medo” para justificar intervenções militares no terreno urbano, com intuito de identificar e combater traficantes, criminosos, insurgentes, terroristas e uma extensa gama de ameaças.

Nos dois casos, a cidade é vista como um espaço de batalha tridimensional, que se dá não apenas em ruas e vielas, mas também em túneis subterrâneos, áreas verticalizadas e demais elementos de infraestrutura presentes em qualquer terreno consideravelmente urba-

¹ Graham utiliza os termos *hemisfério Norte* e *hemisfério Sul* para distinguir cidades de países capitalistas desenvolvidos/colonizadores de países subdesenvolvidos/colonizados. Contudo, o mais correto, a nosso ver, seria diferenciar e estabelecer uma correlação com o nível de desenvolvimento capitalista e o quadro de urbanização que dê conta das mediações entre os que dominam e os que são dominados, ao mesmo tempo em que faça menção às tipologias de urbanização.

nizado. Espaços esses que constituem o que tem sido chamado por Weizman (2002, 2004, 2012) de *volume político*, na medida em que passam a ser pensados a partir de uma noção volumétrica que considera, além da horizontalidade, toda a área ou volume de segurança em seus diferentes estratos espaciais, que vão desde a superfície terrestre até o espaço aéreo e o subterrâneo.

No que diz respeito aos diferentes cenários de conflito urbano, o artigo pretende focalizar os casos que vêm ocorrendo na Palestina – mais especificamente em Gaza –, para daí elucidar de forma comparativa que o Rio de Janeiro também está inserido na lógica da militarização e de propagação do urbanismo militar. Ambos os exemplos no Oriente Médio e no Brasil, oferecem aporte de análise e evidências empíricas capazes de demonstrar que as condições de combate de um “face a face” entre tropas regulares numa concepção de guerra tradicional, disputada em espaços amplos e abertos, são cada vez mais incomuns: os conflitos recentes têm se dado cada vez mais no espaço urbano.

Nessa perspectiva, o trabalho em mãos se insere no campo dos recentes estudos em Geopolítica Vertical². Estes mostram como a cidade tem sido pensada e transformada num espaço de batalha complexo, que envolve uma noção volumétrica costumeiramente tomada, em grande medida, como lócus de práticas de terror, com uso de bombardeiros massivos, ataques químicos etc.; práticas destinadas, no fundo, além de vencer o inimigo, a destruir o seu *habitat*, negando-lhe a cidade. Nesse mesmo sentido, os conflitos dentro do espaço urbano lhe têm proporcionado diversas transformações; entre estas, a mais importante é a atribuição de novos sentidos a diferentes infraestruturas da cidade, que passaram a ser pensadas em contexto de militarização e até mesmo de guerra.

Adotando a perspectiva teórica dos estudos recentes em urbanismo militar, nossa análise enfoca a cidade a partir da ótica da militarização repensando o urbano como um espaço de batalha tridimensional. Subdivide-se, para tanto, o artigo em dois itens subsequentes que se desdobram, em primeiro lugar, numa análise sobre o espaço de batalha, discutido conceitualmente e no seu devido contexto histórico; para em seguida oferecermos um enfoque sobre o urbicídio visto como destruição do espaço urbano em Gaza e no Rio de Janeiro.

A cidade como espaço de batalha

Sendo a cidade nos dias de hoje, sobretudo, lugar de reprodução da sociedade como um todo, ela consiste num espaço de concentração de atividades diversas (comércio, indústrias, serviços etc.), que se materializam no espaço pela concentração de objetos, por meio do processo de artificialização da paisagem. Dessa forma, a cidade dimensiona uma lógica particular de valorização da terra urbana como mercadoria e da vida urbana como modo de vida urbanizado em suas variáveis faces e modos diversos de expressão cultural. A cidade e o urbano como expressões da vida em comunidade tornaram-se mercadorias, mas, ao que tudo indica, também campo de batalha, doravante, lugar de lutas diversas e lócus de resistências, ela ainda dimensiona o palco das transformações sociais e da possibilidade de revolução. Por conta disso a sua importância como teatro de lutas e de guerras ao longo da história.

2 Ver, além de Weizman (2002, 2004, 2012), Adey (2010a, 2010b); Elden (2009, 2013); Graham (2004a, 2004b, 2011); Graham e Hewitt (2012); Sloterdijk (2009).

Por isso,

[...] a história da concepção, construção e ocupação dos espaços urbanos não pode ser contada sem levar em consideração o papel central deles como os locais primordiais de poder e controle militar. Nos tempos pré-modernos e no início da modernidade, cidades e cidades-Estado eram os agentes primários, bem como os principais alvos, da guerra. A pilhagem de cidades fortificadas, junto com o assassinato de seus habitantes, era o evento central na guerra [...]. (Graham, 2011, p. 10, tradução nossa)

Operações militares em terreno urbano sempre ocorreram desde que as cidades existiam, mas parece que houve uma redescoberta do assunto após o fim da Guerra Fria, embora os conflitos em terreno urbano neste período tenham sido também frequentes. Isto é indicativo que se sempre ocorreram, hoje por causa de um processo de urbanização avassalador que vem convertendo a população mundial em urbana, as cidades ganharam ainda mais importância no cenário da guerra (ver Hills (2004) e Graham (2011)).

Com um amplo processo de urbanização e concentração de pessoas nas cidades, a cidade tornou-se um espaço para a guerra utilizado por grupos rebeldes que desafiam o poder do Estado, enquanto ideólogos dos Exércitos estadunidense e israelense enfatizam o seu aspecto caótico, qualificando-a constantemente como lugares que abrigam “terroristas” e “insurgentes desumanos”. Este espaço de batalha diferente do campo de batalha tradicional não tem um front ou retaguarda, tampouco deve ser tido como uma horizontalidade, mas sim um terreno profundo de várias camadas no qual o combate é sempre simultâneo a vida e a qualquer outra atividade. “O conceito de espaço de batalha permeia tudo, das escalas moleculares da engenharia genética e da nanotecnologia, passando pelos espaços cotidianos e experiências da vida da cidade, até esferas planetárias do espaço e o ciberespaço da internet que atravessa o globo.” (Graham, 2011, p. 31, tradução nossa).

Se a cidade, em sentido mais amplo, sobretudo ao longo dos séculos XX e XXI, tem se manifestado como cenário dos principais conflitos que presenciamos na história recente, é, no entanto, importante verificar que até a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), combates em terreno aberto eram comuns; este foi, por exemplo, o caso da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), em que o campo de batalha com a formação de longas linhas de trincheiras evoluiu para uma guerra estática, na medida em que os exércitos envolvidos fortificavam e defendiam suas posições a todo custo. Todavia, com a criação de um veículo de combate motorizado, com o acoplamento de uma metralhadora e posteriormente um canhão de combate num veículo de transporte, surgiu o tanque de guerra, que modificou o cenário dos combates durante a Segunda Guerra Mundial. Da mesma forma, o incremento da força aérea, também na Segunda Guerra Mundial, teve, pela primeira vez, papel decisivo, quando bombardeios massivos literalmente destruíram cidades inteiras.

O tanque ofereceu maior mobilidade às tropas e deu incrível velocidade no andamento da guerra. Se antes os combates se davam em áreas descampadas e, sobretudo, fora ou no entorno das cidades, em alguns casos, com tropas entrincheiradas no terreno, com as tropas equipadas, efetivamente, a partir da Segunda Guerra Mundial com veículos blindados, tivemos

a introjeção de maior dinâmica no combate, que propiciou maior velocidade de descolamento das tropas, modificando, dessa forma, definitivamente o cenário estático da guerra de trincheiras. Ataques aéreos, por sua vez, foram utilizados para promover o terror na cidade e destruir o *habitat* de sobrevivência do inimigo, modificando também a lógica da guerra, que passou a se realizar em uma velocidade atroz e considerar o espaço vertical situado entre a superfície terrestre e a órbita das aeronaves.

Nessas condições foi inevitável a evolução dos combates para o terreno urbano – o que foi inerente ao processo de urbanização –, uma vez que se tornou extremamente oneroso sustentar posições estratégicas em terreno aberto, que ficaram, portanto, à mercê de blindados capazes de romper facilmente as linhas de trincheiras, destroçando as tropas estacionadas ou empreendendo ataques aéreos aptos a dizimar tropas expostas em solo descoberto. Por conta disso, embora a cidade tenha sido alvo deliberado de ataques aéreos, buscou-se cada vez mais se esconder no subsolo da cidade, principalmente quando esta dispunha de infraestruturas subterrâneas, como os *bunkers*. Uma consequência imediata disso foi que a guerra moderna adquiriu extrema complexidade a partir do processo de imersão da cidade no conflito como espaço de batalha permanente e não apenas um campo de batalha momentâneo; tal conflito, não mais se limitando aos combates de rua, adquiriu mais dramaticidade: um maior número de civis ficou exposto e passou a ser alvo de ataques que visavam destruir não somente o exército inimigo, mas o *habitat* (ver, em especial, Sloterdijk (2009), Adey (2010a), Graham (2004a, 2011)).

Presenciamos, assim, um *urbicídio*, uma forma de negação deliberada ou a simples destruição da cidade como forma de “genocídio” do urbano. Não se trata, pois, de uma destruição apenas física da cidade, mas também da destruição da urbanidade da cidade como espaço de socialização que acampa uma tentativa de impedir que determinados grupos se apropriem da cidade e a utilizem como espaço de batalha ou mesmo como palco de reivindicação política (Graham, 2004a, 2011; Shaw, 2004; Coward, 2004)³. Nunca na história da humanidade o homem teve tanto potencial bélico de destruição. Tivemos uma visão da magnitude disso nas bombas atômicas lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki, que limpavam do mapa essas cidades num piscar de olhos. E, embora pareça pouco provável o uso desse tipo de armamento nas guerras contemporâneas, continuamos a presenciar a destruição da cidade e de todo o sentido de vida em comunidade no espaço urbano nos conflitos recentes, como é o caso de Gaza. Mesmo no Rio de Janeiro, onde não há uma destruição da cidade propriamente dita, é verdade que presenciamos intensos combates no terreno urbano que hipertrofiaram cada vez mais os espaços públicos de socialização já tão raquíticos.

Se então, como os exemplos elucidados já explicitam, é nas cidades de urbanização precária e militarização latente que os conflitos têm conquistado o terreno urbano, justamente em Gaza e no Rio de Janeiro – na intitulada guerra contra o tráfico no caso do Rio – que iremos nos ater, a partir de agora, ao tratar do *urbicídio*, considerando o terreno urbano um ambiente

3 Em abordagem mais ampla, embora não utilize o termo *urbicídio* e não enfoque tanto quanto os demais autores o aspecto militar, Harvey (2014) vê a cidade como um palco de resistência e de luta contra o sistema capitalista que, nas últimas décadas, vem destruindo todo o sentido de vida nos espaços comuns da cidade.

complexo constituído por verticalidades e horizontalidades que criam volumetria política⁴. Este cenário tridimensional que a cidade oferece é o atual palco dos principais conflitos na atualidade e provavelmente será o lugar onde se travarão futuras guerras.

Urbicídio no espaço de batalha

Martin Shaw (2004), um sociólogo da guerra, no capítulo 7 do livro *Cities, war, and terrorism: toward urban geopolitics*, organizado por Graham, lança mão de uma discussão histórica e sociológica das conexões entre *urbicídio* e o conceito de genocídio dentro do que o autor chama de “novas guerras da cidade”. Adotando uma discussão histórica e mais familiar do conceito de genocídio a partir de uma variedade de guerras (da chinesa e as revoluções do Camboja até a guerra civil na Iugoslávia), Shaw argumenta que não apenas as populações civis urbanas, mas a própria cidade, isto é, sua urbanidade, assim se pode dizer, é frequentemente vítima e alvo de tais guerras, que são usualmente impulsionadas por um virulento antiurbanismo. Dessa forma, ele sugere que o *urbicídio* não pode ser separado de outras estratégias de aniquilação, como o genocídio, o etnocídio e o politicídio. Shaw então argumenta que as cidades não sofrem sozinhas; pois sua miséria está vinculada à miséria mais ampla de sociedades inteiras, por isso o *urbicídio* precisa ser visto como um elemento amplo da guerra genocida travada na cidade.

O cientista político Martin Coward (2004), no capítulo seguinte do mesmo livro, também trata desse mesmo conceito e fornece uma análise apurada do *urbicídio* na Guerra da Bósnia 1992-1995. Semelhantemente a Martin Shaw, ele deixa claro que atos de *urbicídio* faziam parte da violência em guerra cuidadosamente orquestrada para destruir espaços arquitetônicos e urbanísticos que eram símbolos da heterogeneidade étnica e cosmopolitismo de cidades como Sarajevo e Mostar. Coward argumenta que a destruição deliberada de ambientes construídos e do patrimônio cultural, longe de ser um dos efeitos colaterais ou danos colaterais da guerra, era produto cuidadosamente produzido como parte da estratégia de guerra destinada a extinguir o elemento étnico do território; ao se destruir as formas presentes e herdadas na paisagem arquitetônica na cidade, apaga-se qualquer resquício de ocupação anterior.

Os esforços de guerra para negar ao inimigo o direito de vida na cidade não objetivam apenas eliminar combatentes, mas também punir toda a sociedade-alvo. Na Palestina, para expulsar os palestinos e atingir seus objetivos estratégicos, além da ação violenta das tropas israelenses, a Força de Defesa Israelense (FDI) colocou em prática o D-9 Caterpillar Bulldozer, um trator brindado “gigante” do Exército israelense, que foi concebido, como Graham (2004a) enfatiza, com capacidade de arar por meio de áreas palestinas construídas, destruindo sistemas de energia elétrica e água, além de habitações, os seus alvos mais visados. O D-9 Caterpillar Bulldozer é um dos instrumentos mais devastadores utilizados na estratégia do terror e, em última instância, no estabelecimento de uma política de “desmodernização forçada” da sociedade palestina, negando-lhe, nesse sentido, a própria cidade.

4 Em interessante artigo, Graham e Hewitt (2012) argumentam que a pesquisa urbana é caracterizada pela horizontalidade e que os escritos urbanos recentes ainda têm negligenciado as qualidades verticais da urbanização contemporânea. Nesse sentido, os autores chamam a atenção para uma série de problemas que o processo de verticalização da cidade implica, os quais os geógrafos normalmente deixam de lado.

Os tratores blindados da FDI são parte do que Weizman (2004, 2012) chama de “política da verticalidade”, tendo, portanto, um papel tridimensional da configuração territorial para aumentar a vantagem geopolítica de Israel. Como o autor enfatiza, a destruição massiva de habitações palestinas segue uma orientação geopolítica para abrir espaço para as operações militares da FDI em áreas urbanas estreitas e de difícil acesso, um cenário comum que as tropas israelenses enfrentam em campos de refugiados, que, com o seu enorme crescimento, foram tomados como os centros da resistência palestina. Essas áreas foram consideradas pela FDI espaços escuros e impenetráveis, cheios de terroristas e palestinos “desumanos”, áreas de “pestilências urbanas”, onde a FDI evita entrar. Espaço “caótico”, que as FDI chamariam de “jihad do edifício”, fazendo alusão à guerra urbana que travariam nesses espaços, também definida, outras vezes, como um “habitat do terror”.

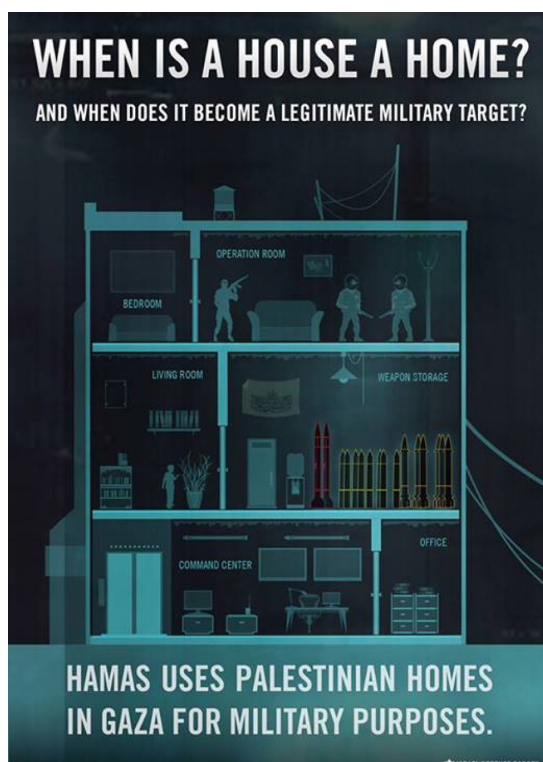
A FDI evitou os campos de refugiados de Jenin e Balata durante toda a primeira (1987-1991) e segunda intifada que evoluíram em enclaves extraterritoriais cercados pelo poder militar israelense; na verdade, o nome de código militar para o campo de Jenin, no qual grupos de resistência foram mais fortemente enraizados, era “Germânia”. Seja em referência à descrição ambivalente dos bárbaros de Tacitus, ou em referência ao regime Nazista, este termo encapsula medo israelense do “mau” que acredita é produzido. Depois de se tornar primeiro-ministro em março de 2001, Ariel Sharon persistentemente zombou dos militares por não se atreverem a entrar nos campos de refugiados: “O que está acontecendo nos campos de Jenin e Balata? Por que não entrar?” Sharon nunca se cansou de dizer aos oficiais militares como, na década de 1970, ele “impôs ordem” nos campos de refugiados de Gaza com uma combinação de incursões de comandos, assassinatos e tratores. (Weizman, 2012, p. 192-193, tradução nossa)

Instigada por Sharon para agir nos campos de refugiados, a FDI desenvolveu táticas de guerra urbana, evitando armadilhas ao atravessar paredes. Essa tática foi tomada como uma manobra militar de grande escala, pela primeira vez, em março de 2002, no campo de refugiados de Balata, na entrada leste de Nablus. Usando explosivos ou um grande martelo, soldados passaram a atravessar paredes ao invés de se deslocarem pelas ruas e vielas estreitas dos acampamentos. Ao romperem a parede de uma residência palestina, tinham como tática, basicamente, fazer alguns disparos aleatórios ou usar granadas de efeito moral para dominar os moradores, que, em seguida, depois que os soldados procuravam suspeitos, eram amontoados em um dos quartos e trancados, às vezes por vários dias, muitas vezes sem água, alimentos e medicamentos, até que a operação militar fosse concluída (Weizman, 2012).

Como a lógica da ocupação israelense na Palestina se tornou cada vez mais vertical, contando a FDI com a supremacia na superfície e no espaço aéreo, a resistência palestina teve que se tornar mais profunda e se entranhar no espaço interno dos edifícios, utilizando-os como esconderijo, depósito de armas (ver Figura 1) ou mesmo como uma arma de combate, armando edifícios com explosivos para serem detonados quando as tropas israelenses entrassem nos edifícios ou passassem pelas ruas, causando o desmoraamento sobre eles. Mas os rebeldes palestinos, mais do que o interior de edifícios, penetraram no subsolo como se fossem “verdadeiros roedores”. Como enaltece Weizman (2012), a resistência palestina construiu

uma verdadeira cavidade na terra abaixo da superfície, constituída por uma complexa rede de túneis, laboratórios de armas, depósitos de munição e abrigos subterrâneos abaixo das cidades e dos campos de refugiados palestinos. Por meio dessa infraestrutura subterrânea os militantes palestinos realizaram atentados a bomba contra a FDI e cidades israelenses, colocando explosivos debaixo de seus alvos; ou mesmo utilizando o elemento-surpresa que os túneis propiciam, para capturar soldados que foram tragados por meio de túneis para dentro de Gaza.

Figura 1 – Ilustração, feita pelas Forças de Defesa de Israel, de como seria o interior de um edifício na Faixa de Gaza utilizado para abrigar “terroristas” e munição⁵



fonte: Forças de Defesa de Israel via Facebook (11 de julho de 2014).

Desde a criação da barreira que separa a Faixa de Gaza dos territórios adjacentes, o subsolo da zona de fronteira tem se tornado uma cavidade constituída por centenas de túneis, que ignoram as fortificações israelenses e conectam as duas partes separadas do que foi uma vez a cidade de Rafah. Túneis que inicialmente foram escavados por famílias que deixaram membros de ambos os lados da fronteira Egito-Gaza têm vindo a ser usados para uma variedade de propósitos: como rotas de contrabando para cigarros egípcios baratos, utensílios domésticos e até mesmo prostitutas e como as principais linhas de fornecimento de armas, explosivos e recrutas armados para a resistência palestina. O uso de túneis acelerou-se após o início da Intifada al-Aqsa (2000-2005), quando Israel vedou completamente a Faixa de Gaza, separando-a do mundo exterior, e a demanda por armas aumentou. Para evitar que fossem detectadas, as entradas dos

5 Vale mencionar que a imagem consiste numa propaganda militar que objetiva justificar ataques a áreas residenciais, embora não se possa discordar da funcionalidade militar de residências e edifícios em Gaza utilizados para tais fins.

túneis e saídas são geralmente localizadas no interior dos edifícios de ambos os lados da fronteira. Na verdade, a maioria dos túneis tem vários pontos de acesso e rotas, a partir de várias casas ou em galinheiros, convergindo-se para uma rota principal, e então ramificando-se novamente em várias passagens separadas, levando a edifícios do outro lado. Dessa forma, se uma entrada é descoberta e desligada, ou um túnel desmorona devido a falha na construção ou por bombas de penetração de terra de Israel, outros podem continuar a ser utilizados, e os novos túneis de acesso podem ser escavados e conectados com a rota principal (Weizman, 2012).

Como os conflitos recentes em Gaza (2008-2009, 2012 e 2014) comprovam, o terreno urbano se tornou um espaço de batalha complexo, no qual Israel utiliza caças F-15 e F-16, helicópteros Apaches, drones, além de tanques Merkavas, para evitar as ruas estreitas, onde suas tropas ficariam expostas ao combater os rebeldes palestinos. Essa mudança de política dentro dos territórios ocupados iniciou-se como Belcher (2011) observou, no período do Acordo de Oslo, sobretudo nos anos 2002 e 2003, durante os combates com a militância palestina que se sucedeu no decorrer da Intifada al-Aqsa. Esse evento tipifica o principal aspecto da política de Israel, que “[...] tem sido a de minar as condições materiais para o futuro Estado palestino, ou pior, cultivar particularmente condições desagradáveis para um futuro Estado [...]” (Belcher, 2011, p. 3, tradução nossa), suscitando inviabilidade econômica e infraestrutural destinada a dividir e fragmentar o território para dificultar a mobilidade e estabelecer um regime de vigilância, com o fim de facilitar o projeto israelense de expansão territorial.

No último conflito intenso entre o Hamas e a FDI, que se deu entre 8 de julho e 26 de agosto de 2014, Israel tentou, mais uma vez, deter o lançamento de foguetes e destruir túneis construídos pelo Hamas e grupos afiliados, uma vez que esses objetivos, como se viu, não foram totalmente alcançados nas operações anteriores. Como notou Khalili (2014), a dizimação de Gaza sinaliza que as intenções militares de Israel são dotadas de grande amplitude: destruição da infraestrutura palestina; uso de pressão letal contra civis palestinos para forçá-los a abdicar de seu apoio ao Hamas; e tentativa de inviabilizar na época a eminente reconciliação entre o Hamas e o Fatah, evitando, assim, a constituição de uma unidade palestina ao transferir o domínio de grupos extremos para grupos moderados. Isso pode ser entendido, em outros termos, na destruição do urbano como direito à vida na cidade e de toda socialização no espaço urbano, além, da negação da cidade como palco de reivindicação política.

No Rio de Janeiro notamos a destruição não necessariamente do aspecto físico da cidade, no sentido aludido acima, mas da diluição dos espaços públicos de socialização por causa da sensação de violência e medo “permanente” em virtude dos conflitos envolvendo policiais e traficantes, ou mesmo, com muita frequência, disputas entre diferentes facções do tráfico. Ao contrário do que ocorre em Gaza, nas ruas das cidades do Rio de Janeiro não há uma guerra regular, embora também nestas o conflito apresente nuances evidentes de políticas urbicidas de contenção e militarização do terreno urbano, que evoluem, com frequência, para conflitos mais intensos.

Disputas pelo controle territorial por áreas de venda de drogas e pelo monopólio de distribuição de serviços que incluem oferecimento de segurança, transporte, gás e internet⁶, tanto por parte de traficantes quanto por grupos milicianos, têm favorecido a cauterização de atividades ilegais no dia a dia da população, na medida em que o uso da infraestrutura urbana e oferta de

6 Serviço de internet clandestino que ficou conhecido como “gatonet” e que se refere a uma tarifa de cobrança paga às milícias mensalmente.

tais serviços passam a ser mediados por grupos ilegais em associação com agentes do Estado. Muitas vezes estabelece-se, por conta disso, uma espécie de clientelismo, isto é, uma forma de poder fundamental, mas tolerada, que atende interesses particulares muitas vezes utilizando-se da máquina pública para seus fins (para mais detalhes, conferir Soares (2000) e Misse (2011)).

Soma-se, a isso, o estereotipo do pobre como causa da violência que encobre as mediações culturais e a repressão seletiva dos agentes do Estado aos criminosos socialmente excluídos (ver novamente Soares (2000) e Misse (2011)). É nesse viés, que a propagação da violência no Rio de Janeiro se insere dentro da ótica de criminalização e precarização da população favelada na cidade, a partir do processo de militarização e territorialização de traficantes de drogas nos espaços segregados, cujo exemplo no Rio de Janeiro é espetacular como ilustração de um processo de “fragmentação”⁷ do tecido sociopolítico-espacial, como diz Souza (2005, 2008).

Não por acaso, em decorrência da evolução desse problema, a territorialização dos traficantes de drogas nas favelas dificulta a intervenção por parte do Estado na gestão do espaço urbano público, quando não, na mesma medida, inibe a organização das associações de moradores, reduzindo, assim, drasticamente os canais de diálogo da população mais pobre com o Estado. Nessa condição, os traficantes de drogas passam a representar um entrave para um processo de urbanização que altere a morfologia urbana típica das favelas do Rio caracterizada por ruas estreitas e aspecto labiríntico, como descreve Souza (2008, p. 107):

Crescentemente os traficantes de varejo determinam, em espaços por eles territorializados, o que se pode e o que não se pode fazer em matéria de uso do solo e organização espacial. [E, ao aceitar] negociar com eles, a face oficial do Estado involuntariamente os legitima e fortalece, ao mesmo tempo que se desmoraliza, por passar a impressão de se ter curvado diante deles. Concomitantemente a essa escabrosa modalidade de “cogestão” Estado/sociedade civil, o restante da população, sentindo-se acuado pelos traficantes, vê sua autonomia, que nunca foi mesmo grande por estas plagas, encolher ainda mais...

Diante da permanência de tal quadro crítico de generalização da violência e insegurança, mas também de perda de autonomia do Estado, o ex-governador Sergio Cabral (gestão 2007-2010) e seu então secretário de segurança José Beltrame partiram para o combate aos traficantes, com intuito de dar satisfação à sociedade civil e preparar a cidade para a recepção de grandes eventos esportivos, optando por intensificar os confrontos contra os narcotraficantes na Cidade Maravilhosa. Para tanto, Cabral e Beltrame criaram as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP)⁸, com o objetivo de ocupar as favelas e expulsar as facções do tráfico. Utilizaram-se para isso do discurso de reintegração do território, se valendo de grandes operações militares em áreas controladas pelo tráfico, invadidas por forças conjuntas da polícia (PM) e sua unidade especial, o Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope), com o apoio da Força Nacional de Segurança Pública, do Exército e da Marinha.

7 O emprego do termo *fragmentação* precisa ser relativizado, uma vez que a cidade se implica num processo dinâmico de exploração e exclusão que deve ser visto de forma relacional e integrada às diferentes “classes sociais” que compõem a sociedade cidadina.

8 O programa de segurança pública que deu origem às UPP começou a funcionar em 19 de dezembro de 2008, quando foi instalada a primeira unidade no bairro de Botafogo do Morro Santa Marta, na Zona Sul. Desde então, segundo informações da página da UPP do Rio de Janeiro (Histórico, [S.d.]), 38 UPP foram implantadas. Atualmente, segundo essa mesma fonte, a Polícia Pacificadora conta com um efetivo de 9.543 policiais.

No entanto, o mesmo território que reúne verticalidades e horizontalidades que se inter-cruzam criando um volume, é, na grande parte das metrópoles, mais complexo nas favelas, por causa da desorganização espacial e da precariedade da infraestrutura urbana. É uma imagem comum a de favelas constituídas por vielas e becos estreitos, que dificultam o acesso não só de moradores, mas da própria polícia. O elemento “novo” é que as favelas estão se verticalizando. Talvez o exemplo mais impressionante seja o da favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, onde é comum pequenos prédios de quatro ou cinco andares definirem a paisagem.

Apesar de as condições de vida variarem na maioria das novecentas favelas do Rio de Janeiro, sabe-se que os frágeis barracos têm sido continuamente substituídos por casas de alvenaria. As favelas estão subindo os morros ou se espalhando pela região metropolitana do Rio, deixando para trás a condição característica propriamente dita, ou seja, de um bairro formado apenas por barracos de papelão ou madeira. Essas casas são fortes para suportar uma laje, sobre a qual outras casas podem ser construídas. (Alves; Evanson, 2013, p. 3)

Os autores citados acima concluem que a laje é um símbolo da estabilidade das favelas: além de propiciar renda extra ao proprietário do imóvel, por meio do aluguel, ela constitui um espaço de socialização das comunidades, mitigando de certa forma a carência de equipamentos sociais de recreação e lazer. É na laje que o favelado toma banho de sol, se faz o churrasco e a criançada solta pipa. Mas a laje também é ponto de observação dos olheiros do tráfico, normalmente crianças que têm a incumbência de avisar os demais traficantes da facção da chegada de policiais ou rivais, utilizando-se para esse fim, da tática de recolher as pipas ou soltar foguetes para alertar a facção sobre a presença de intrusos em seu território.

E no caso da topografia peculiar do Rio, em que há uma ínfima porção de terra entre as montanhas íngremes e o oceano, o fato de grande parte das favelas terem se constituído nos morros cria um cenário tridimensional e estratégico que segue o gradiente topográfico, oferecendo aos traficantes visão panorâmica de cima para baixo. Essa ideia já discutida por Weizman (2002, 2004, 2012) no conflito israelo-palestino, no qual a FDI utiliza táticas militares e estratégias de ocupação do território palestino, constituindo uma espécie de cordão de isolamento por meio de pontos de monitoramento dispostos nas cimeiras das colinas, comprova que morros ou terrenos elevados dominam os vales e áreas baixas. Por isso a estratégia de instalar UPP no topo dos morros, com o objetivo de permitir aos policiais melhor visão e controle do território, foi adotada também para os eventos da Copa do Mundo e das Olimpíadas sediados pelo Rio de Janeiro (Rangel, 2013). No caso do Rio, poderíamos então dizer que os morros, constituídos por vielas e becos estreitos em terrenos íngremes, apresentam verticalidade por causa do próprio relevo, favorecendo o controle e vigilância não só do território da favela, mas também do povo do asfalto, como normalmente os favelados se referem às pessoas da cidade dita legal e plenamente urbanizada.

Num sentido estratégico, o morro da favela não é apenas um espaço urbano que resulta de um processo de segregação espacial visível na paisagem como “desorganização” do território. O morro é, também, um espaço que foi militarizado com a presença dos traficantes (e, posteriormente, pela polícia com a instalação das UPP) em espaços segregados, que ofereceram condições físicas e sociais, isto é, um meio social, mas também topográfico, para agirem.

Podemos até dizer que o morro é dividido em estratos espaciais e militares, nos quais a boca de fumo e o dono do morro ficam, normalmente, no topo do morro, e os “soldados”, vapores⁹ e olheiros, em estratos espaciais e topográficos inferiores distribuídos estrategicamente ao longo da verticalidade do morro.

Por conta da importância estratégica dos morros cariocas, as UPP já ocuparam diversas favelas no Rio de Janeiro que há muito eram redutos de controle do tráfico. Ainda que, embora o tráfico de drogas não tenha deixado de atuar nessas áreas, os conflitos se tornaram menos frequentes, dada a presença permanente da polícia. Antes da ocupação desses espaços por parte do Estado, frequentemente facções entravam em conflito entre si, motivadas pela disputa de territórios e pontos de venda de droga, gerando, assim, grande transtorno para a população carioca que reside nessas áreas.

No entanto, com alguma frequência, a atuação da polícia para retomar e manter esses territórios têm sido igualmente violenta, comparável aos traficantes, como muitos relatos revelam. No estudo de Alves e Evanson (2013), os autores descrevem a atuação brutal da polícia, em especial do Bope, em comunidades pobres e estigmatizadas pela mídia como redutos de marginais fortemente armados. Em entrevista aos autores, um grupo de professores de uma escola pública localizada dentro de uma favela relata a ação violenta da polícia na comunidade, em que os policiais, não distinguindo moradores de traficantes, tratam toda a população como criminosa, adotando uma visão estereotipada a respeito da população favelada.

Eles contam que os soldados do Bope invadiram, numa ocasião, o pátio da escola com o carro blindado, chamado Caveirão, colocando as crianças no fogo cruzado entre traficantes e soldados. Há acusação de que, além de exporem a população ao tiroteio, os soldados do Bope torturam e assassinam pessoas não envolvidas com o tráfico, ocultando depois os cadáveres; tais pessoas, muitas vezes inocentes, são previamente, sem nenhum tipo de julgamento, consideradas criminosas¹⁰. Ainda segundo os relatos de uma professora, os policiais entram na comunidade cantando uma música que diz: “Vou te pegar, vou te matar, vou sugar a tua alma.” Tais ações têm gerado grande ressentimento na população em relação à polícia; ela, em geral, vê os policiais como piores do que os traficantes.

Uma das estratégias mais recentes empregadas pelo Bope, conta com o emprego de uma unidade especial, que se assemelha em muito aos Bulldozers utilizados por Israel na destruição de casas e de infraestruturas urbanas. Como a própria *Fanpage* do grupo de operações descreve, [...] a Unidade de Demolição, Engenharia e Transporte (UEDT), também conhecida como equipe DEMO, surgiu devido a necessidade de desobstrução dos acessos da comunidade para entrada das viaturas durante operações policiais. Ela é formada por policiais com conhecimento de mecânica de veículos pesados e explosivos. Eles são responsáveis por operar maquinários – pá mecânica, retroescavadeira, caminhão munk e caminhão reboque – na liberação dos acessos e por destruir as fortificações do tráfico. Quando se faz necessário utilizam também explosivos em suas operações. (Bope via Facebook, 19 de novembro de 2015)

9 O termo *vapor* significa pessoa que vende droga no varejo.

10 Como o caso do ajudante de pedreiro Amarildo que ficou conhecido nacionalmente por conta de seu desaparecimento, em 14 de julho de 2013, após ser detido por policiais militares e conduzido à UPP da Rocinha, bairro onde morava.

Cabe também a Unidade montar equipamentos em terreno de difícil acesso, para servir de base avançada das tropas nos locais a ser pacificados. Como se percebe, o Bope se utiliza de técnicas aperfeiçoadas semelhantes às empregadas por Israel na Palestina, efetuando operações de destruição de obstáculos no terreno urbano do inimigo que dificultem o seu acesso aos morros e periferias da cidade controladas pelo tráfico (ver Figura 2).

Figura 2 – Soldados do Bope posam portando armas (de forma ameaçadora), junto a um trator utilizado pela Unidade de Demolição, Engenharia e Transporte (UEDT), em operações de destruição de obstáculos que dificultam o acesso em áreas controladas pelo tráfico¹¹



fonte: Bope via Facebook (20 de fevereiro de 2017).

Este cenário de militarização, marcada por disputas entre traficantes e emprego de força por parte do Estado no combate ao tráfico, repercute na vida da cidade, que convive com traficantes empunhando metralhadoras e uma polícia extremamente violenta; esta, para combater o tráfico, tem se comportado de forma cada vez mais truculenta, atingindo principalmente a população mais pobre. Contudo, na lente de aumento desse processo de generalização da violência, não se deve deixar de notar que a violência policial não tem sido utilizada apenas contra as camadas mais pobres e desfavorecidas. Exemplo digno de nota verificou-se na atuação das polícias nos protestos contra governos (estaduais) em junho de 2013, durante a Copa das Confederações sediada pelo país, quando os policiais reagiram truculentamente contra manifestantes desarmados.

Vários choques entre manifestantes e a polícia ocorreram durante a realização dos jogos, muitas vezes, antes das partidas, nas imediações dos estádios que seriam palcos dos jogos. Foi o que aconteceu, por exemplo, na circunvizinhança do Maracanã (RJ). O descontentamento

¹¹ A atuação da UEDT emprega técnicas urbicadas em suas operações num contexto bem particular de combate ao tráfico.

que se iniciou com manifestações em prol da redução da tarifa de ônibus do transporte público e se transformaram rapidamente em atos de protesto contra os altos investimentos públicos na construção de estádios foi motivado pelo permanente descaso por parte do poder público com relação a setores essenciais, como saúde, moradia e educação¹². Criou-se um clima de descontentamento generalizado, que foi repellido pelos governos estaduais para aplacar as manifestações e evitar, assim, que a imagem do país fosse manchada no exterior, à medida que se aproximavam eventos a serem sediados pelo Brasil.

O receio do governo federal e dos estaduais de que as manifestações se repetissem durante a Copa do Mundo de 2014 e nos Jogos Olímpicos de 2016, ambos, eventos esportivos sediados pelo Brasil, levou o poder público a investir no setor de segurança. Tanto no Rio de Janeiro quanto em outros estados cujas cidades foram definidas como sedes da Copa, foram adquiridos equipamentos especiais de proteção para os policiais e de contenção das manifestações. Tais equipamentos foram rapidamente apelidados pela mídia de *Robocop*¹³, em alusão ao filme de mesmo nome (ver Figura 3).

Figura 3 – Agentes policiais do Rio de Janeiro vão usar escudos, capacetes e coletes mais resistentes, além de máscaras contra gás lacrimogêneo, em tumultos



fonte: Soldado... (2012).

¹² Para mais detalhes a respeito das Manifestações de Junho, ver o livro *Cidades rebeldes*, organizado por Maricato et al. (2013), que contém uma coletânea de artigos sobre o tema.

¹³ Segundo fontes como os jornais O Dia (Soldado..., 2012) e O Globo Rio (Araújo, 2014), fica claro que o governo do estado do Rio de Janeiro já vinha se preparando e equipando os agentes policiais antes das Manifestações de Junho de 2013, visando à Copa do Mundo de 2014.

Diante disso tudo, vemos uma política de higienização da cidade voltada para grandes eventos, como já alertaram Davis (2006, 2009) e Harvey (2014), quando populações pobres são expulsas do centro econômico e turístico da cidade. Processo esse diretamente atrelado à criação de um estado de exceção, como argumenta Agamben (2004), na medida em que os direitos civis e políticos de grande parte da população são desrespeitados, em que são violadas, portanto, as premissas do estado de direito de sociedades democráticas.

Considerações finais

Vendo a cidade como um holograma territorial (Weizman, 2002, 2012), ou mesmo como um volume de segurança (Elden, 2013), algo a ser constantemente vigiado, estamos assistindo à incorporação não apenas de novos sentidos e lógicas de realização e acumulação do capital na cidade, mas à própria transfiguração do espaço urbano como espaço de batalha. Esse espaço urbano, que parece não ser só horizontalidade, vem incorporando as novas tecnologias para criar uma geometria volumétrica na cidade, em diferentes níveis, desde áreas valorizadas e “elitizadas” de centros do capitalismo, como Nova York e Tóquio, até periferias e semiperiferias do sistema capitalista, como em Gaza e no Rio de Janeiro.

Nos terrenos urbanos onde assistimos à militarização da questão urbana, atores não estatais têm conquistado muito poder ao se apropriar da infraestrutura técnica da cidade, que inclui redes de comunicação, de abastecimento de água, de eletricidade e de transporte. Esse é o caso do Rio, por exemplo, onde traficantes e milicianos controlam o acesso da população a vários serviços, como gás, internet e transporte.

Isso demonstra que a infraestrutura da cidade vem sendo utilizada por grupos paramilitares para aumentar o seu domínio, constituindo um poder que normalmente é rotulado como “paralelo” ao Estado, mas que na verdade se implica a ele na medida em que este não o oferta e aceita intervenção como um paliativo a sua própria incapacidade em atender à população mais pobre.

No Rio, como em Gaza, vivenciamos a militarização e a precarização da condição urbana dentro de um cenário de marginalização tanto do favelado quanto do palestino, tratados, muitas vezes, inclusive pela mídia, como sinônimos de traficantes ou terroristas. Essas pessoas, seja em Gaza ou no Rio de Janeiro, vivem sob a mira do fuzil enquanto veem suas parcas condições de socialização no espaço público reduzidas ao mínimo, em virtude das políticas de contenção e dos conflitos desencadeados. Soma-se a isso a destruição do espaço comum de socialização e privação de direitos políticos, como vimos, por exemplo, tantas vezes nas favelas cariocas e nas políticas de cerco de Israel em Gaza.

Tal conjuntura suscita, pode-se imaginar, dias sombrios para a vida no espaço urbano marcado por conflitos armados e um presente estado de exceção. Nesses termos, a negação da cidade é diretamente atrelada à atuação do capitalismo e de uma política de segurança que desloca pessoas de onde vivem para áreas de periferia, em virtude de grandes eventos como a Copa do Mundo de Futebol, da Federação Internacional de Futebol Associação (Fifa), ou a colonização dos territórios palestinos por Israel.

Harvey (2014) chamou a atenção para o perigo que enfrentamos por conta do processo

de destruição dos espaços comuns de socialização e da necessidade de conscientização e de luta contra o capitalismo na cidade, que apresenta, conforme queremos acrescentar, pela ótica do urbanismo militar, a sua fase mais perigosa que surge como a militarização da cidade. Diante desse processo de militarização e negação da cidade como espaço de vivência e exercício político, como acontece no Rio e em Gaza, seria válido, então, questionar se não estamos assistindo nesses lugares, guardadas as diferenças, bem como as similitudes, à configuração de um tipo de *urbicídio* engendrado pelo capitalismo, tendo em vista que uma grande parcela da população tem seus direitos sociopolíticos negados frente ao discurso de uma política de segurança que pensa o terreno urbano como espaço de batalha, negando aos cidadãos o direito à vida.

Referências

- ADEY, P. **Aerial life**: spaces, mobilities, affects. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010a.
- _____. Vertical security in the megacity: legibility, mobility and aerial politics. **Theory, Culture and Society**, v. 27, n. 6, p. 51-67, 2010b.
- AGAMBEN, G. **Estado de exceção**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ALVES, M. H. M.; EVANSON, P. **Vivendo no fogo cruzado**: moradores de favela, traficantes de droga e violência policial no Rio de Janeiro. São Paulo: Ed. Unesp, 2013.
- ARAÚJO, V. Policiais militares viram 'robocops' para conter violência em protestos. **O Globo Rio**, Rio de Janeiro, 27 fev. 2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/policiais-militares-viram-robocops-para-conter-violencia-em-protestos-11730343>. Acesso em: 1 jun. 2015.
- BELCHER, O. C. The occupied Palestinian territories and late-modern wars. **Human Geography**, v. 4, n. 1, p. 1-9. 2011.
- COWARD, M. Urbicide in Bosnia. In: GRAHAM, S. (Org.). **Cities, war, and terrorism: towards an urban geopolitics**. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2004. p. 154-171.
- DAVIS, M. **Cidade de quartzo**: escavando o futuro em Los Angeles. São Paulo: Boitempo, 2009.
- _____. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ELDEN, S. Secure the volume: vertical geopolitics and the depth of power. **Political Geography**, v. 34, p. 35-51, 2013.
- _____. **Terror and territory**: the spatial extent of sovereignty. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009.
- GRAHAM, S. **Cities under siege**: the new militar urbanism. Londres: Verso, 2011.
- _____. Constructing urbicide by bulldozer in the occupied territories. In: _____ (Org.). **Cities, war and terrorism: towards an urban geopolitics**. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2004a. p. 192-213.

- _____. Vertical geopolitics: Baghdad and after. **Antipode**: a radical journal of geography, v. 36, p. 12-23, 2004b.
- GRAHAM, S.; HEWITT, L. Getting off the ground: on the politics of urban verticality. **Progress in Human Geography**, v. 37, p. 72-92, 2012.
- HARVEY, D. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- HILLS, A. Continuity and discontinuity: the grammar of urban military operations. In: GRAHAM, S. (Org.). **Cities, war and terrorism**: towards an urban geopolitics. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2004. p. 231-250.
- HISTÓRICO. **UPP RJ**, [S.d.]. Disponível em: <http://www.upprj.com/index.php/historico>. Acesso em: 9 dez. 2017.
- KHALILI, L. A habit of destruction. **Society & Space**, ago. 2014. Disponível em: <http://societyandspace.com/material/commentaries/laleh-khalili-a-habit-of-destruction/>. Acesso em: 28 ago. 2014.
- MARICATO, E. et al. **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.
- MISSE, M. **Crime e violência no Brasil contemporâneo**: estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.
- RANGEL, S. UPP é apresentada como trunfo para segurança da Rio-2016. **Folha UOL**, São Paulo, mar. 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/esporte/2013/03/1248735-upp-e-apresentada-como-trunfo-para-seguranca-da-rio-2016.shtml>. Acesso em: 1 jun. 2015.
- SHAW, M. New wars of the city: relationship of “urbicide” and “genocide”. In: GRAHAM, S. (Org.). **Cities, war and terrorism**: towards an urban geopolitics. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2004. p. 141-153.
- SLOTTERDIJK, P. **Terror from the air**. New York: Semiotext, 2009.
- SOARES, L. E. **Meu casaco de General**: 500 dias no front da segurança pública no Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SOLDADO Robocop. **O Dia**, Rio de Janeiro, 31 mar. 2012. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/portal/rio/soldado-robocop-1.426217>. Acesso em: 1 jun. 2015.
- SOUZA, M. L. de. **Fobópolis**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- _____. As drogas e a “questão urbana” no Brasil. A dinâmica sócio-espacial nas cidades brasileiras sob a influência do tráfico de tóxicos. In: CORRÊA, R. L.; GOMES, P. C. da C.; CASTRO, I. E. de (Org.). **Brasil**: questões atuais da reorganização do território. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 419-468.
- WEIZMAN, E. **Hollow land**: Israel’s architecture of occupation. Nova York: Verso, 2012.

- _____. Strategic points, flexible lines, tense surfaces, and political volumes: Ariel Sharon and the geometry of occupation. In: GRAHAM, S. (Org.). **Cities, war and terrorism: towards an urban geopolitics**. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2004. p. 172-191.
- _____. The politics of verticality. **Open Democracy**, 2002. Disponível em: http://www.opendemocracy.net/ecology-politicsverticality/article_801.jsp. Acesso em: 26 mar. 2014.